



## Compilado de documentos históricos: Campanha civil contra o comunismo e o nazifascismo no arquivo de Orestes Augusto Alves, Curitiba (1941-1942)

Alexandra F. M. Ribeiro<sup>1</sup>

Rebeca Araújo<sup>2</sup>

Alana C. Silva\*

Letícia Gabardo\*

Wilson Maske<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo procurou apresentar o compilado de documentos históricos produzidos na cidade de Curitiba, no período entre 1941 e 1942, intitulados campanha contra o nazismo. Como objetivos específicos, procurou-se apresentar Orestes Augusto Alves, descrever o que compõe esse compilado e contextualizar o momento histórico em que os documentos foram elaborados. Para isso, contou-se com os estudos de Bacellar (2015), para o tratamento dos arquivos. Foi possível perceber que Orestes e seu grupo estavam imbuídos do sentimento de nacionalismo promovido na Era Vargas e, além disso, o grande número de imigrantes no sul do país e a repercussão da Segunda Guerra Mundial reforçavam o medo da ameaça estrangeira.

**Palavras-chave:** Paraná; Nacionalismo; Nazismo; Arquivos Pessoais.

## Compiled from historical documents: Civil campaign against communism and fascism in the Orestes Augusto Alves private archive, Curitiba (1941-1942)

**Abstract:** This study tried to present the compilation of historical documents, produced in the city of Curitiba in the period between 1941 and 1942, entitled campaign against Nazism. As specific objectives, we tried to present Orestes Augusto Alves; describe what compiles this compiled; contextualise the historical moment in which the documents were elaborated. We counted with the studies of Bacellar (2015) for the treatment of the archives. It was possible to perceive that Orestes and his group were imbued with the sense of nationalism promoted in the Era Vargas. In addition, the large number of immigrants in the south of the country and the repercussions of the Second World War reinforced the fear of the foreign threat.

**Keywords:** Paraná; Nationalism; Nazism; Personal Archives.

Na História do Paraná existem múltiplas possibilidades de estudos. Há muito a ser pesquisado e muita história a ser produzida. Segundo Albuquerque (2008), dentre outras possibilidades, a história regional pode servir para endossar o discurso daqueles que têm o poder sobre o local, mas, também, pode servir para questionar esses princípios, fazer diferentes releituras e até mesmo apresentar novos conteúdos e estudar conteúdos diferentes dos que já foram apresentados pelo historiador. Pode-se contar com o auxílio das

<sup>1</sup> Mestre em Educação (PUCPR), bacharel em Administração de Empresas. Graduada de Licenciatura em História (PUCPR). E-mail: alexandrafmribeiro@gmail.com

<sup>2</sup> \*Graduandas de Licenciatura em História (PUCPR).

<sup>3</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: wilson.maske@uol.com.br

instituições arquivísticas para nelas localizar documentos que poderão servir como fonte na construção do conhecimento da história paranaense.

Sobre a pesquisa em arquivos, Bacellar (2015) explica que apesar dos interesses por parte de estudantes quanto às possibilidades desse tipo de estudo, as grades curriculares dos cursos de História, normalmente, não favorecem esse anseio. Essa vontade de ir em busca de documentos nos arquivos emerge, pois:

O trabalho com fontes manuscritas é, de fato, interessante, e todo o historiador que entra por essa seara não se cansa de repetir como os momentos passados em arquivos são agradáveis. [...]. O abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas. [...]. Os personagens parecem ganhar corpo, e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrando, que precisamos fechar os documentos e partir, sem continuar a leitura até o dia seguinte (BACELLAR, 2015, p. 24).

Foi em uma dessas tardes vivenciadas no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) que nos deparamos com um envelope de documentos intitulado Orestes Alves. Não se tratou de uma busca intencional dessa documentação, uma vez que o sujeito estudado era a professora Pórcia Guimarães Alves – filha de Orestes. De acordo com Ribeiro (2018), a professora Pórcia nasceu em 1917 e faleceu em 2005, na cidade de Curitiba, e durante sua vida foi uma das protagonistas na inserção de contribuições de disciplinas como Sociologia, Biologia e Psicologia no campo da Educação, no Paraná. Compôs a primeira turma do curso de Educação da Faculdade de Ciências e Letras do Paraná, no ano de 1938; instalou e dirigiu o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, entre os anos de 1952 e 1962; ajudou a instalar a Escola Mercedes Stresser, em 1962; fundou e dirigiu o Instituto Decroly e foi docente da Universidade Federal do Paraná, entre os anos de 1951 e 1982. Logo, o envelope encontra-se no arquivo privado da professora Pórcia, disposto no IHGPR.

De acordo com Bacellar (2015), como documentação de caráter privado, pode-se considerar o acervo de pessoas, de famílias, de grupos de interesse – militantes políticos, instituições, clubes, entre outros – ou de empresas, independentemente das coisas, situações e pessoas que representam. Lunardelli, Molina e Souza (2013) explicam que os arquivos pessoais possibilitam, no presente, entrar em contato com acontecimentos do passado e proporcionar o contato com documentos que poderão tornar-se fontes de pesquisa para o futuro. Bacellar (2015) relata que, no Brasil, não é comum a prática de preservação de documentos privados, entretanto é possível encontrar alguns acervos em arquivos públicos ou centros de conservação.

Cabe salientar um pouco sobre a formação do arquivo de Pórcia – filha de Orestes. Orestes Augusto Alves nasceu em 03 de julho de 1887, na cidade de Paranaguá, e faleceu em 30 de maio de 1962, na cidade de Curitiba. Durante as duas primeiras décadas do século XX, Orestes fazia parte dos 20% da população brasileira que era alfabetizada. Trabalhou 18 anos de sua vida como importador informal de livros, postais e objetos de decoração e em meados do ano de 1924 tornou-se funcionário do Estado do Paraná, função que exerceu até sua aposentadoria. Durante sua vida, guardou cartas que enviara e recebera, selos, recortes de jornais sobre grandes acontecimentos políticos do Brasil e do mundo, suas movimentações comerciais, testamentos de familiares, convites, cartões, títulos de clubes que participava, assim como o envelope, o qual será descrito seu conteúdo posteriormente.

Após a morte de Orestes, a professora Pórcia herdou o acervo documental elaborado por seu pai. Pórcia teve um papel importante na guarda e na manutenção do arquivo de seu pai, uma vez que boa parte

dos acervos é “[...] destruída por herdeiros desinteressados” (BACELLAR, 2015, p. 43). Pórcia não apenas guardou o acervo do pai, como deu continuidade ao arquivo. Em 2005, pouco tempo antes de sua morte, Pórcia compreendia o quão importante poderia tornar-se o estudo de seu acervo, bem como sabia que seria conveniente doá-lo ao IHGPR. Foi por meio da atitude de Pórcia, em doar seu arquivo para o IHGPR, que foi possível localizar o compilado de documentos históricos: campanha contra o nazismo em Curitiba (1941-1942).

No que tange à metodologia de trabalho, compreendendo as possibilidades de estudo dessa documentação, a princípio, o objetivo geral desse estudo foi transcrever a documentação que compõe o compilado de documentos históricos: campanha contra o nazismo em Curitiba (1941-1942). Para isso, foi necessário digitalizar, organizar e sistematizar os documentos antes de transcrevê-los. Após digitalizar a documentação, o compilado de documentos foi lido e categorizado como cartas; documentos dos folhetos; documentos do núcleo e boletins de informação.

A organização do compilado de documentos históricos: campanha contra o nazismo em Curitiba (1941-1942) resultou na transcrição de sete cartas enviadas para editores e autores, as quais solicitavam a autorização para utilizar trechos de obras na confecção de folhetos de teor antinazista; um registro do correio; três documentos que se referem à confecção dos folhetos e organização da equipe; dois documentos contendo instruções para o núcleo antinazista que foram organizados por civis; e 50 comunicações da organização antinazista que contêm troca de informações de suspeitos de simpatizantes nazistas.

É importante considerar o momento histórico em que esses documentos foram produzidos. O núcleo antinazista de Curitiba foi vivenciado no período de 1941 a 1942. Desde os anos de 1930, o país foi marcado, durante a Era Vargas, pela grande promoção do nacionalismo. Por essa perspectiva, as atividades de Orestes e dos “bons brasileiros” estava bastante influenciada pelo pensamento nacionalista.

O conceito de nacionalismo está intimamente relacionado com o conceito de povo, uma vez que, para a construção de uma nação, é necessária uma população que a representa. Esse conceito exige também que os grupos políticos e étnicos estejam em harmonia e sejam relacionados entre si. Pode ser definido como:

[...] o nacionalismo sustenta que o estado nacional, identificado como uma cultura nacional e comprometido com a sua proteção, é a unidade política natural; e que é um escândalo que grandes números de membros da comunidade nacional sejam obrigados a viver fora das fronteiras do estado nacional (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996, p. 508).

Nesse contexto, Vargas promoveu a forte valorização da identidade brasileira, assim como o reconhecimento dessa nacionalidade, ou seja, Vargas busca fomentar o povo brasileiro a valorizar sua cultura. Capelato (1999) explica que o projeto de construção de uma identidade e unidade nacional ocorreu, em boa parte, pela repressão e coerção aos pensamentos contrários ao governo e que mediante o uso dos meios de comunicação a propaganda política era disseminada, recorrendo à valorização de bens simbólicos, ao apelo emocional, a promessas de benefícios para o povo e compromissos de unificação e ao fortalecimento nacional. Dessa maneira, a construção da identidade nacional dava-se pela valorização de bens simbólicos e valia-se de ferramentas como a imprensa e a educação para atingir o povo brasileiro.

Dentre a valorização de bens simbólicos, no discurso varguista, intensificado durante o Estado

Novo, o trabalho passou a ser associado à cidadania. De acordo com Gomes (1999), no discurso do Governo Vargas, o trabalho era representado, dignificado e defendido, associado a significantes positivas, como a disciplina, a honestidade e a ordem – mais do que ganhar o sustento, era a maneira de servir à pátria; era do trabalho que resultava o progresso e a civilização. Em partes, esse discurso materializava-se, segundo Gomes (1999), na formulação de regras e leis que promoviam a revalorização do homem e do trabalho, na criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e na justiça do trabalho; no Ministério da Educação e Saúde que intuía educar o povo – procurando intelectualizar o cérebro e adestrar a mão e em medidas que se preocupavam com a saúde física e psíquica; nas músicas, que promoviam a valorização do trabalho; na coesão da polícia e na coerção de pensamentos divergentes; e nas políticas de imigração. Tais exemplos de materialização do discurso de Vargas, no entendimento de Bastos e Fonseca (2012), constituem-se como símbolos materiais de valorização do ideário varguista.

A valorização do trabalho fazia parte do projeto do Governo Federal de desenvolvimento econômico. Ferreira (2012) salienta que se projetava a valorização do trabalho e um sistema de educação que se interligava ao plano de intervenção estatal para o desenvolvimento econômico e tais medidas seguiam tendências mundiais que viabilizavam políticas públicas de valorização do trabalhador e do trabalho, tornando o Estado seu planejador, regulador e interventor. Nesse contexto, de acordo com Bastos e Fonseca (2012), Vargas acreditava, assim como outros contemporâneos seus, que o:

[...] Estado deveria intervir e corrigir os defeitos do mercado, contribuindo para melhorar a posição do país na Divisão Internacional do Trabalho e assegurar maior coesão social, defendendo trabalhadores e empresários da anarquia capitalista, e assim preservando o próprio capitalismo da ameaça comunista. Para tanto, o Estado deveria executar uma espécie de regulação do individualismo econômico, promover novos direitos trabalhistas e políticas sociais e orientar e apoiar as decisões privadas de investimento consideradas de interesse público (BASTOS; FONSECA, 2012, p. 12).

Dessa maneira, houve a minimização do incentivo a empresas estrangeiras, a constituição dos direitos trabalhistas e a criação de estatais. Essas medidas encaixam-se na vertente ligada ao nacionalismo, que busca desenvolver economicamente uma nação, por meio de expansão industrial, da garantia de proteção ao mercado interno e da manutenção de um Estado com políticas que asseguram esse desenvolvimento.

É necessário considerar que boa parte do crescimento demográfico paranaense foi constituído de imigrantes. De acordo com Vieira (2017), no início do século XX, Curitiba era constituída por uma população de 50.124, porém estima-se que no período entre os anos de 1907 e 1914, a cidade tenha recebido por volta de 40.000 imigrantes europeus. Essa leva de imigrantes transformou a estrutura socioeconômica da região. Os imigrantes formavam colônias aos arredores da cidade, pequenos centros econômicos e culturais, dotados de clubes, comércio e escolas de suas etnias.

Na década de 1940, o estado do Paraná recebeu outra grande leva de migrantes e imigrantes de diversas nacionalidades, por motivos de desenvolvimento econômico ocasionado pelo início da plantação de café em larga escala e pelas guerras mundiais que impulsionavam a imigração de países europeus.

Um dos trabalhos exercidos por esses imigrantes era o trabalho industrial. Segundo Loeffler (2009), nesse processo, surgem fábricas em Curitiba fundadas por alemães e por teuto-brasileiros, como a Madeiras Duplex Ltda., fundada por germano Augusto Birckholtz, e a Phosphoros Pinhero, de Jorge Einsenbach.

Por essa perspectiva, os curitibanos passaram a conviver com uma grande parcela de estrangeiros, que buscavam firmar sua identidade natal, afirmavam-se economicamente e tornavam-se uma ameaça à construção da identidade nacional brasileira.

O nacionalismo do Governo Vargas buscava a valorização da produção nacional, assim como procurava proliferar o medo do comunismo e do nazifascismo. Por essa perspectiva, havia cautela quanto ao povo estrangeiro, ao mesmo tempo em que as manchetes dos jornais que estampavam diariamente os resultados da Segunda Guerra Mundial. A imprensa também era um aspecto importante naquele momento, pois ela era a responsável pela divulgação de informações e reforçava a ideia de valorização nacional.

No Paraná, de acordo com Fenianos (1996), o jornal *Gazeta do Povo*, de 19 de março de 1942, noticiava a reunião de aproximadamente 10.000 pessoas para protestar contra o golpe dos nazistas à integridade nacional. Um ano antes da movimentação noticiada, em carta enviada para os diretores da “DIRETRIZES” – Rio de Janeiro, solicitando a autorização para impressão de parte de um texto em folhetos, Orestes explica que “[...] como bons brasileiros que sentem de perto o perigo da infiltração nazista”, era necessário imprimir os trechos “[...] em folhetos para melhor divulgação neste Estado” (ALVES, 1941). Outro documento demonstra que foram impressos 1000 folhetos, às custas da contribuição de “bons brasileiros” da “conferência do Secretário da Educação, do Estado do Rio Grande do Sul, realizada na associação Brasileira da Educação, no Rio de Janeiro, denunciando, em nome do Governo do seu Estado, a infiltração e atividades nazistas no Sul do país” (ALVES, 1941). Dessa forma, compreende-se que a população Curitibana não era alheia ao que acontecia no país e no mundo, bem como o repúdio aos nazistas não era um sentimento isolado de Orestes e de seu grupo.

Outros fatos devem ser considerados sobre o período em que os “bons brasileiros” (ALVES, 1941) atuavam em prol da sustentação do ideário varguista, como eles afirmam. Nas palavras de Orestes, “A gravidade do momento – que infelizmente escapa é percepção de muitos – não comporta melindres ou preconceitos, mas sim exige que todos os bons brasileiros estejam unidos na defesa da sua sociedade e soberania, prestigiando as autoridades criteriosas e bem-intencionadas” (ALVES, 1942). O protecionismo econômico alargava-se para outras esferas. Desde meados da década de 1930, de acordo com Fausto, alargavam-se os integrantes do movimento comunista e em 1935 foi lançada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), com programas contrários ao Governo Vargas, que giravam em torno da “[...] ascensão de um governo popular, a garantia da livre expressão do pensamento, a suspensão da dívida externa, a nacionalização das empresas em mãos dos imperialistas, a reforma agrária” (FAUSTO, 2013, p. 98). Em 1935, o Governo Vargas valeu-se da Lei de Segurança Nacional, que definia os crimes contra a ordem política e social, para dissolver a ANL. Dessa forma, as palavras de Orestes no ano de 1941 estavam em consonância com a disseminação da propaganda contra o comunismo e o nazifascismo que o governo ministrava desde a década de 1930.

No Paraná, Orestes enviou uma carta para a Polícia Política manifestando a importância do trabalho da organização civil, da qual ele fazia parte, uma vez que a polícia “[...] por melhor aparelhada com pessoal ‘suficiente para eficiência’, não seria inteligente subestimar a colaboração de quem quer que fosse, de vez que a polícia nem tudo pôde ver como não pôde estar presente a toda parte” (ALVES, 1942). Orestes considerava que a Polícia Política deveria acolher interessadamente a colaboração dos civis que investigavam e que “tal colaboração” não colocava em “cheque” as “qualidades”, “bom critério e o eficiente aparelha-

mento” da Polícia (ALVES, 1942). Orestes sentia o dever de fazer parte da proteção do país.

Nesse contexto de sentimento nacionalista exacerbado, é possível entender a posição de Orestes e de seu grupo quanto aos elementos que deveriam ser investigados “[...] no intuito de combater e anular as atividades extremistas” (ALVES, [s/d]). De acordo com as Instruções aos Núcleos, as investigações deveriam girar em torno de:

1° - Os indivíduos que se manifestaram a favor de ideologias contrárias á orientação adotada pelo Brasil; 2° - Os filiados ao Integralismo; 3° - Os que participarem de reuniões em sociedades estrangeiras, ou em locais, mesmo residências, onde se cultivem ideologias contrárias á política nacional; 4° - Os que mantiveram estreitas relações com pessoas suspeitas de pertencerem a organizações extremistas; 5° - Os que tenham estado ligados, por cargos ou por qualquer outra forma, a elementos suspeitos de atividades subversivas (ALVES, [s/d]).

As investigações resultavam em comunicações que denunciavam indivíduos que “os bons brasileiros” consideravam como suspeitos.

### Considerações finais

Após análise da documentação (apresentada após as Referências), foi possível perceber que Orestes e seu grupo estavam imbuídos do sentimento de nacionalismo promovido na Era Vargas e, além disso, o grande número de imigrantes no sul do país e a repercussão da Segunda Guerra Mundial reforçavam o medo da ameaça estrangeira. Esses fatores foram cruciais para promover o ódio ao estrangeiro, uma vez que as informações difundiam-se rapidamente por todas as regiões do país e o nacionalismo propagou-se por toda a nação.

As transcrições e o restante das digitalizações podem ser encontradas na íntegra no IHGPR, pois integram o arquivo Pórcia Guimarães Alves. Encontram-se nos anexos as 15 imagens selecionadas que compõem os documentos originais das 50 comunicações que fazem parte do Boletim de Informações (ALVES, 1942) da organização antinazista.

### Referências

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

ALVES, Orestes Augusto. **Instruções aos Núcleos**. Curitiba, [s/d]. IHGPR-Coleção Pórcia Guimarães Alves.

ALVES, Orestes Augusto. **Carta enviada de Orestes para Diretrizes**. Curitiba – Rio de Janeiro. 12 dez. 1941. IHGPR-Coleção Pórcia Guimarães Alves.

ALVES, Orestes Augusto. **Registro de colaboradores**. Curitiba. 24 dez. 1941. IHGPR-Coleção Pórcia Guimarães Alves.

ALVES, Orestes Augusto. **Carta enviada de Orestes para Divonsir B. Cortes**. Curitiba – Curitiba. 05 maio 1942. IHGPR-Coleção Pórcia Guimarães Alves.

ALVES, Orestes Augusto. **Boletim de informações**. Curitiba, 1942. IHGPR- Coleção Pórcia Guimarães Alves.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São

Paulo: Editora Contexto, 2015.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo, economia e sociedade na Era Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. 2. reimp. São Paulo: Unesp, 2012. p. 07-20.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 167-178.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Angela de Castro; FAUSTO, Boris; PINHEIRO, Letícia; ABREU, Marcelo de Paiva Abreu; DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **História do Brasil nação: 1808-2010**. v. 4. Olhando para dentro: 1930-1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 91-142.

FENIANOS, Eduardo Emílio. **Centro, aqui nasceu Kúr'yt'yba**. Curitiba: UniverCidade, 1996.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. 2. reimp. São Paulo: Unesp, 2012. p. 295-322.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 53-72.

LOEFFLER, Walli. **Aspectos da indústria paranaense: 1930-1970**. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUNARDELLI, Rosane S. A.; MOLINA, Leticia Gorri; SOUZA, Rosemarilde P. de. Arquivos Pessoais: uma pesquisa bibliográfica a respeito do tema. In: LUNARDELLI, Rosane S. A. (Org.). **Arquivologia: saberes docentes e discentes**. Londrina: Eduel, 2013.

RIBEIRO, Alexandra Ferreira Martins. **Adentrando aos arquivos: formação e aspectos da atuação docente de Pórcia Guimarães Alves (1917-1962)**. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **Educação em Curitiba: trinta anos de políticas públicas**. Curitiba: Appris, 2017.

Recebido em 11/06/2017.

Aceito em 10/04/2018.

### Compilado de documentos "Orestes Alves"

Arquivo privado da Professora Pórcia Guimarães Alves, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

Figura 1

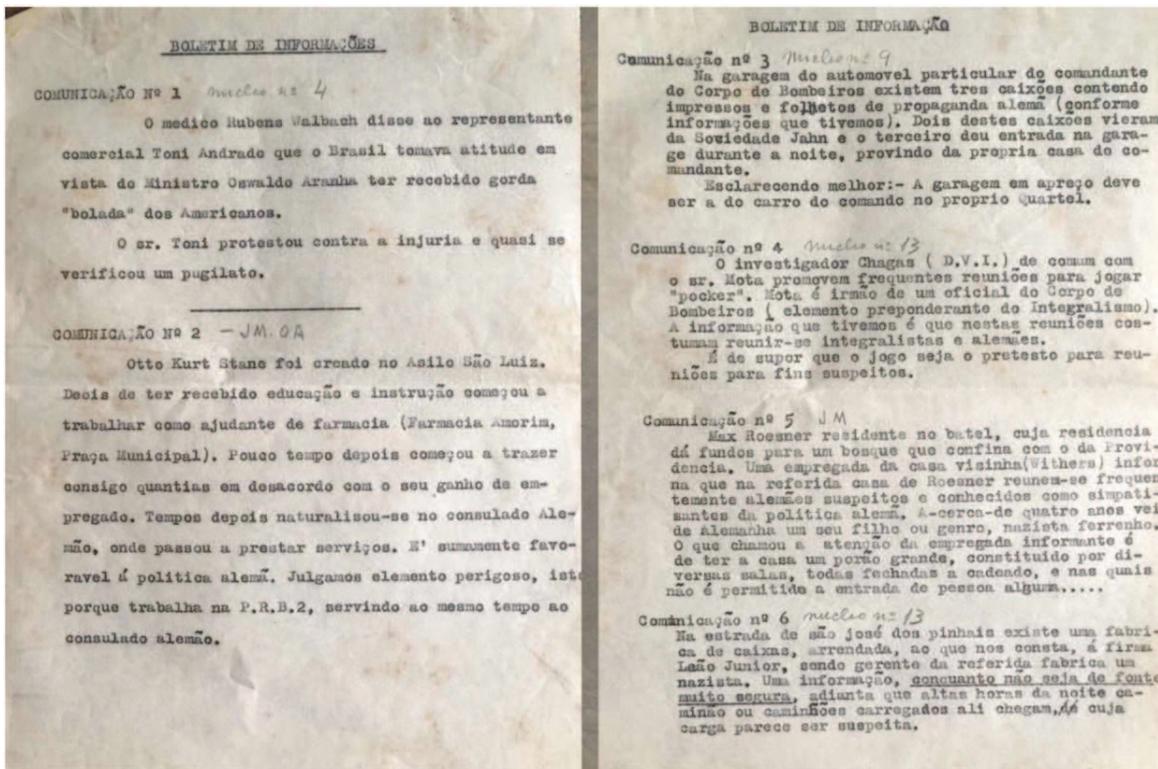


Figura 2

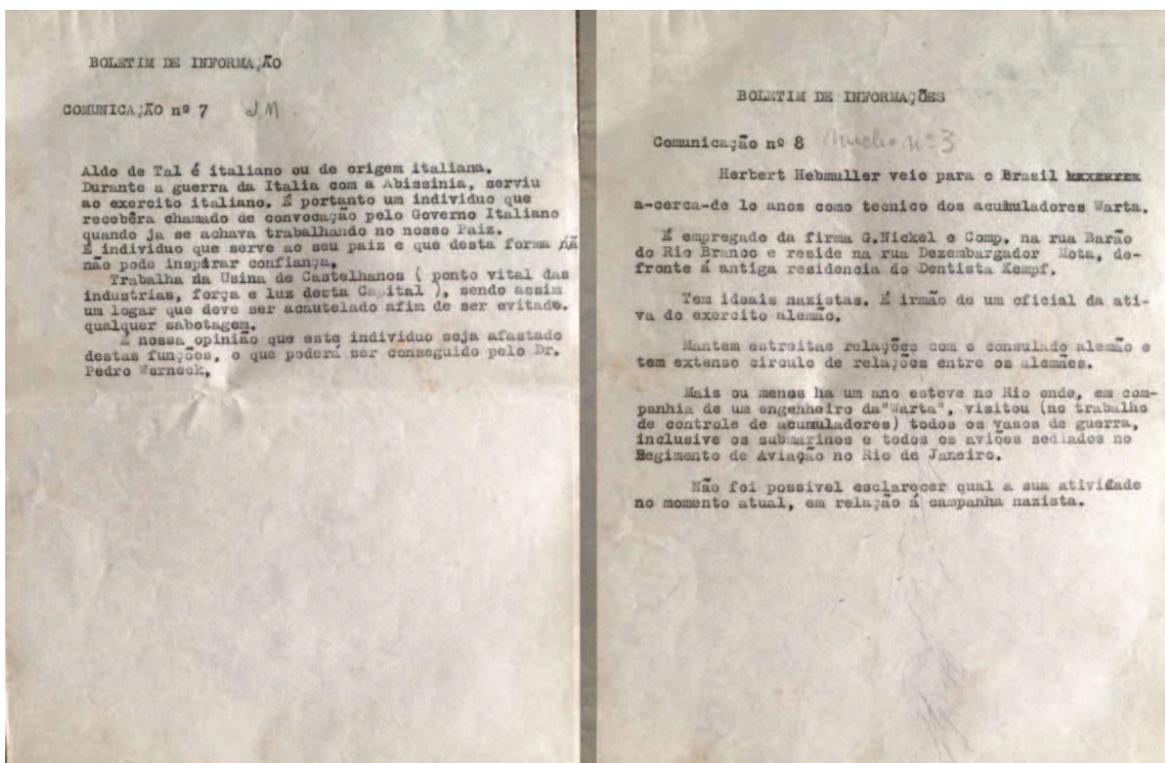


Figura 3

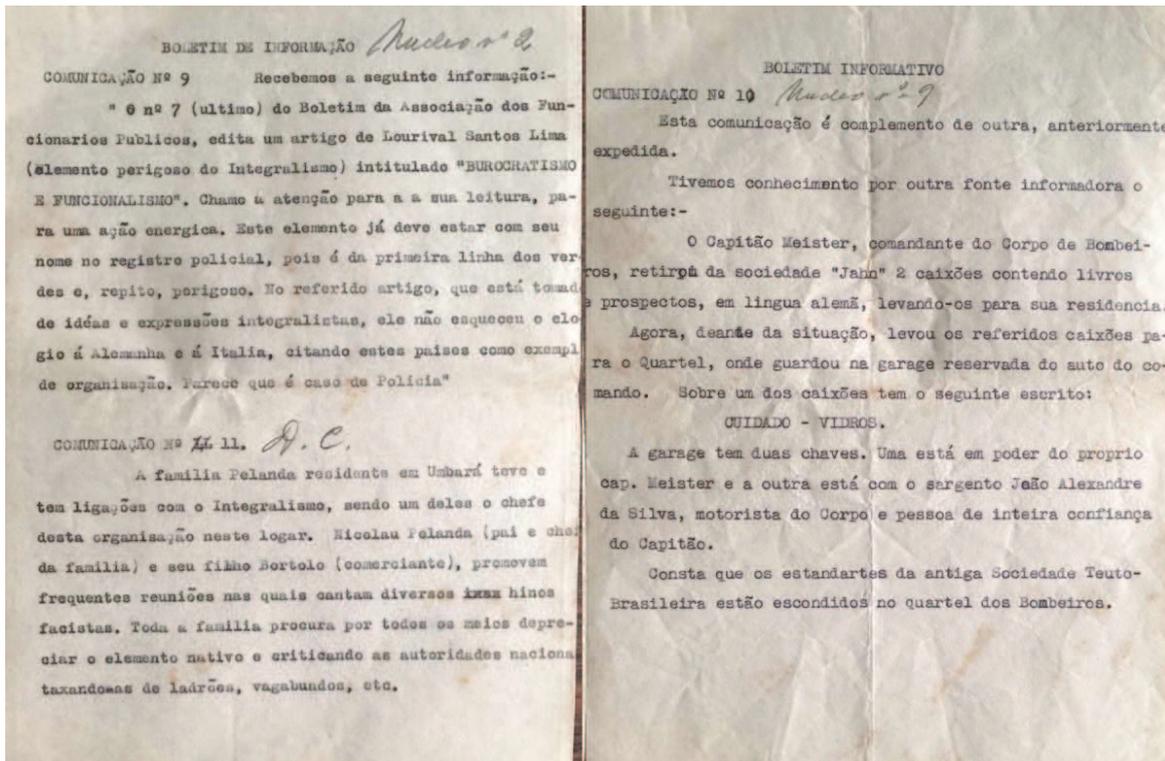


Figura 4

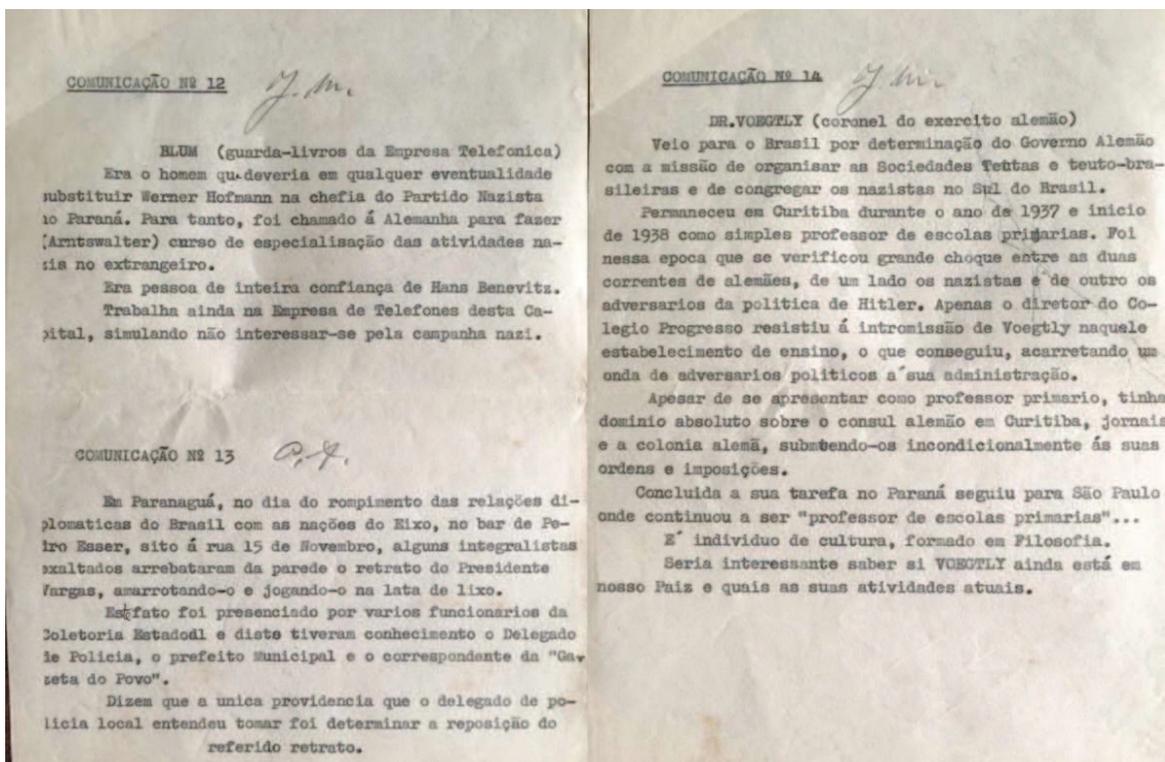


Figura 5

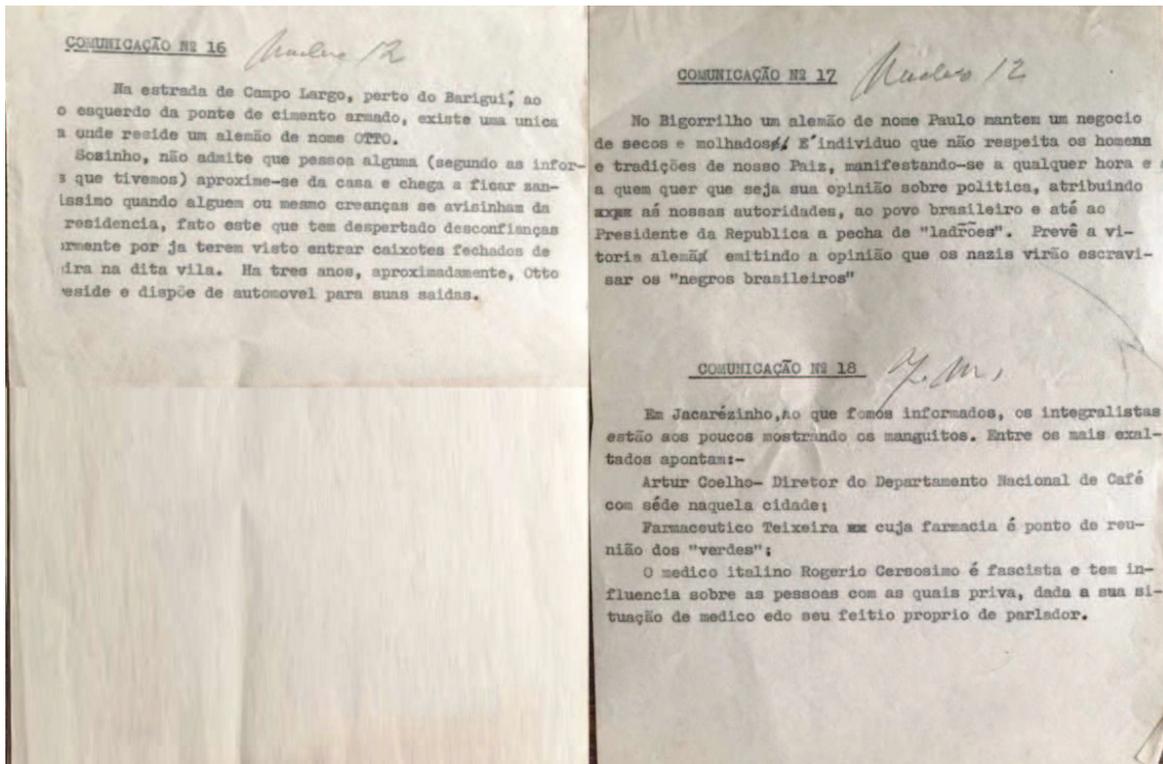


Figura 6

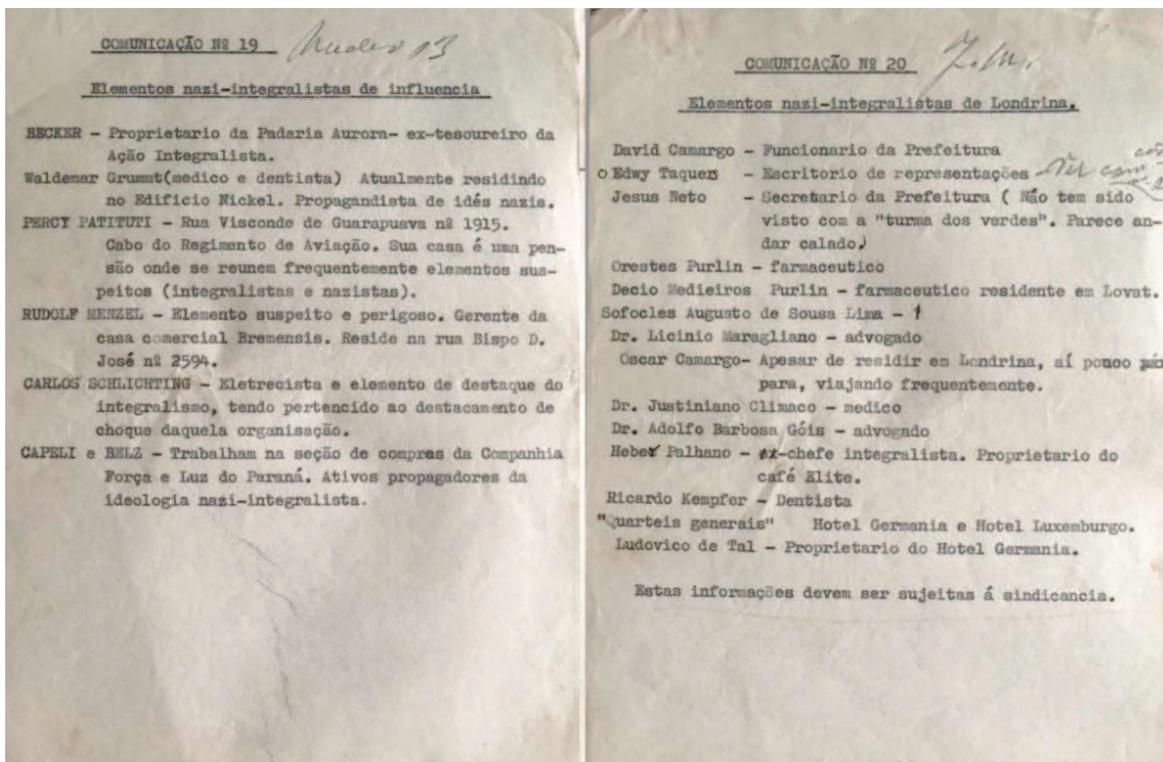


Figura 7

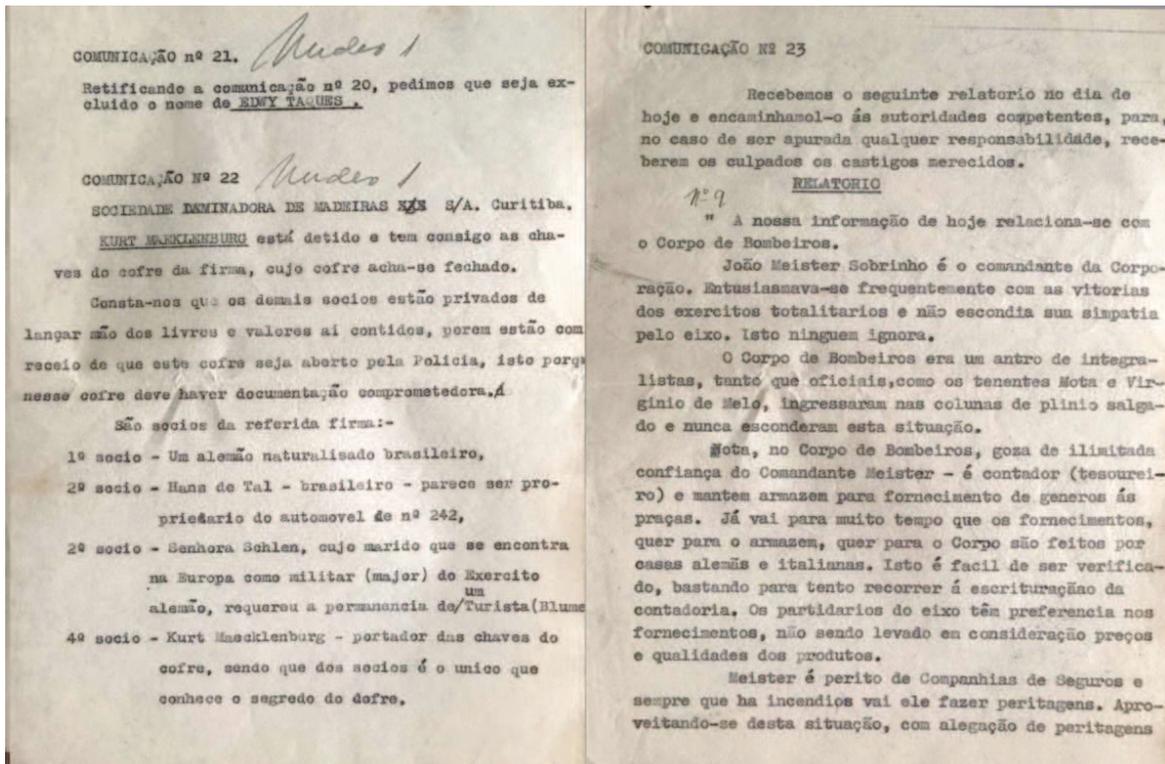


Figura 8

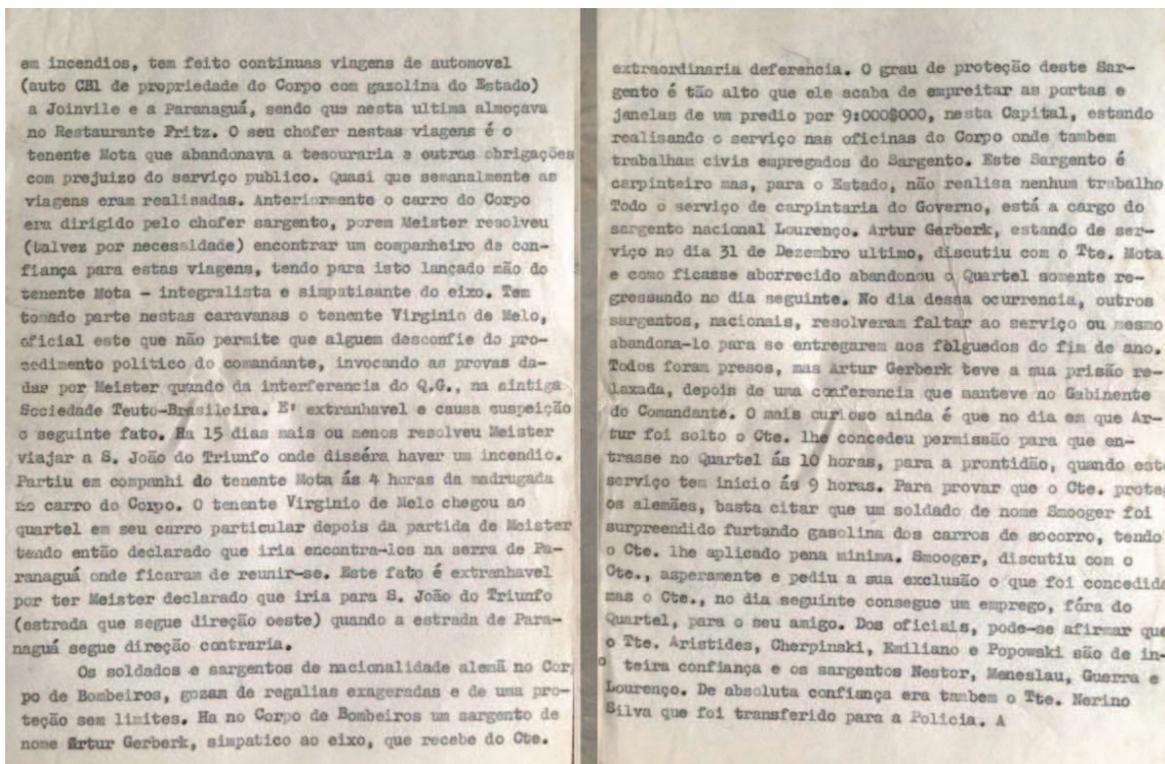


Figura 9

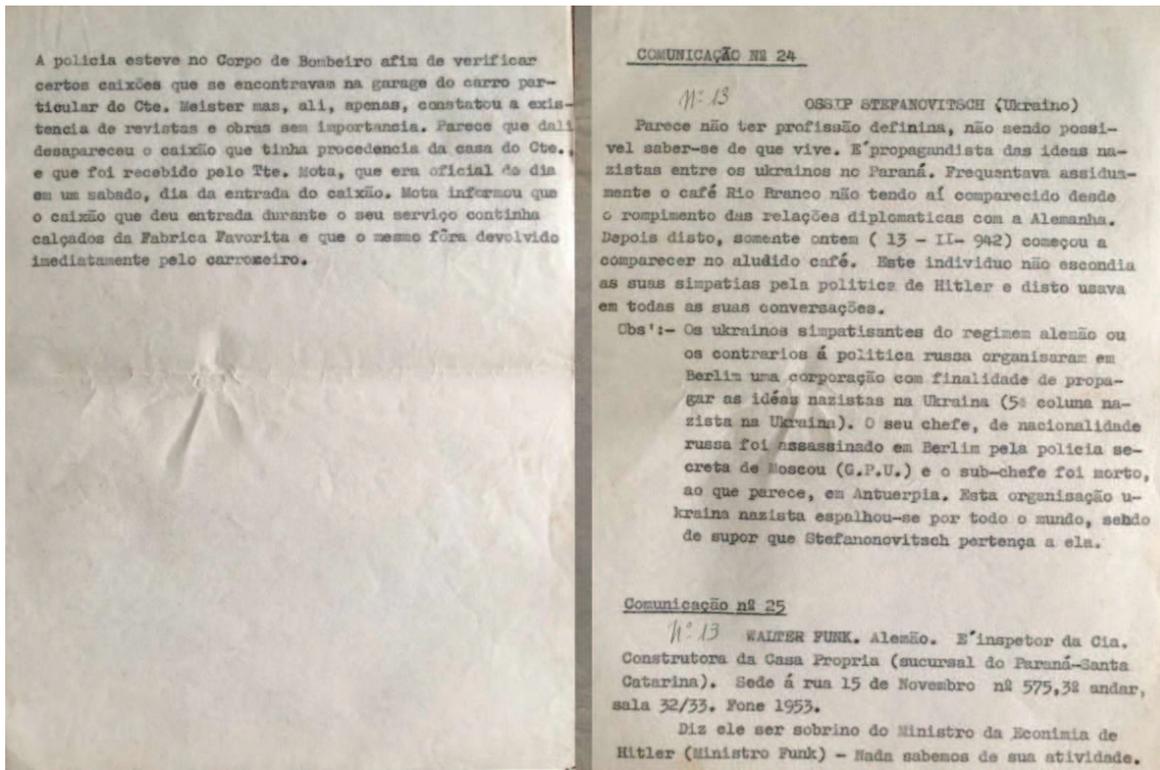


Figura 10

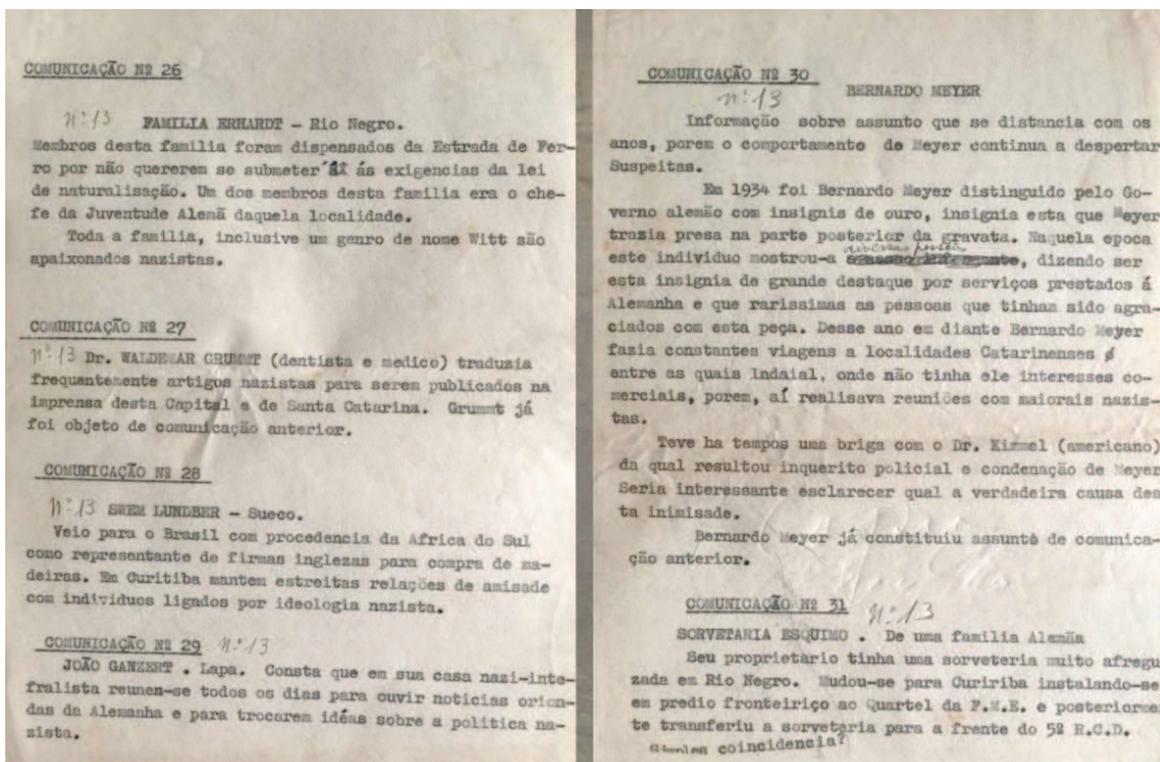


Figura 11

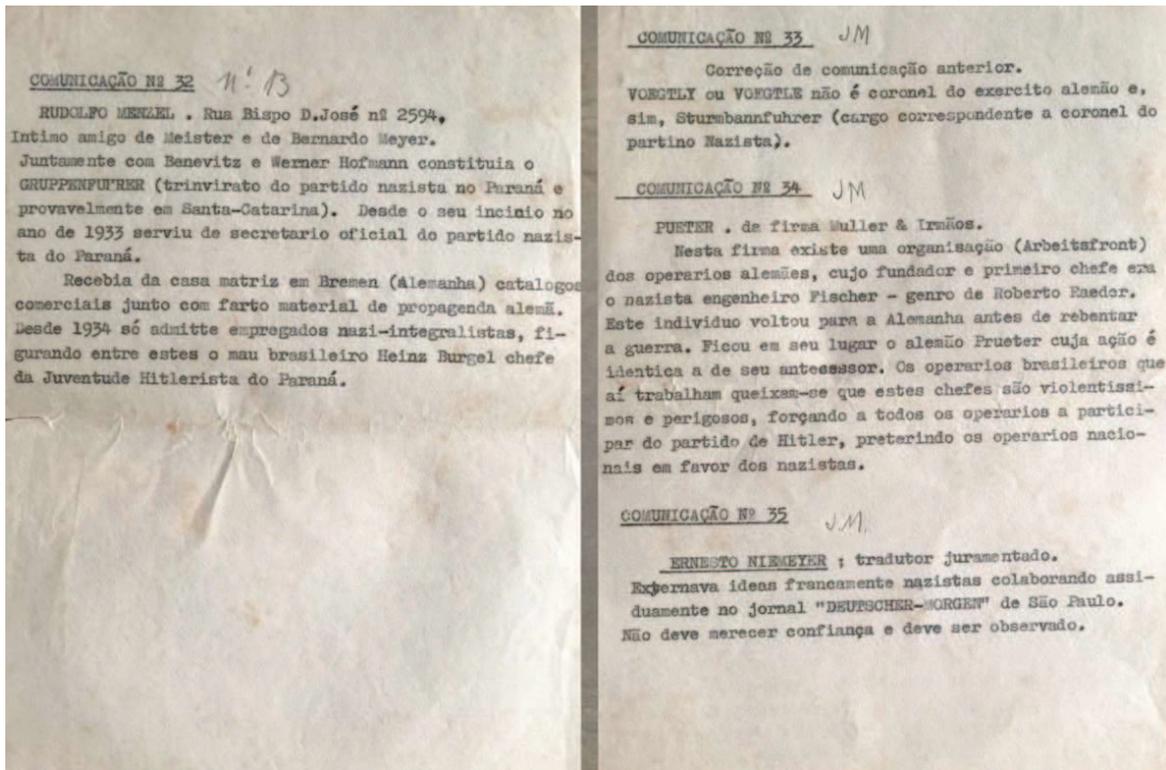


Figura 12

